

Faculdade Damas da Instrução Cristã

Graduação de Relações Internacionais

Laboratório de Comércio Exterior

2º Artigo - Área temática: Estrutura do Comércio Exterior

A ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR E AS MUDANÇAS NOS GOVERNOS RECENTES

Gabriella Marihá Neves Pontes¹

RESUMO

Este trabalho irá abordar conceitos relacionados a estrutura do comércio exterior. Será apresentado a forma estrutural do funcionamento da área, além de apresentar aspectos que mudaram ou evoluíram de acordo com os governos mais recentes até o atual. Quando ocorrem mudanças de governo em um determinado país, pode ocasionar mudanças na estruturais no comércio exterior, as questões ideológicas influenciam diretamente nas relações comerciais entre os países. O objetivo do presente artigo é identificar os principais pontos fundamentais e apontar as alterações ocasionadas pela alternância governamental.

Palavras-chave: Comércio Exterior. Estrutura. Política. Relações Comerciais.

Introdução

O comércio exterior é um campo que vai além do âmbito econômico, envolve questões políticas e ideológicas. A questão ideológica rege toda relações entre os mercados internacionais, os governos tendem a se relacionar comercialmente com os países com as ideologias semelhantes. Além das questões políticas, ocorre que alguns empresários sentem receio em ampliar o campo de trabalho para área. internacional.

¹ Graduanda de Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC); E-mail: gabpontess@gmail.com

A estrutura do comércio exterior brasileiro é administrada por órgãos públicos, porém os empresários brasileiros possuem uma grande liberdade e são extremamente incentivados a exportarem. Esse incentivo é dado porque com o aumento das exportações das empresas brasileiras, gera adjunto o aumento na balança de pagamento. Além de regulamentar e incentivar a exportação, objetivo atual dos órgãos que geram o comércio exterior é aumentar a integração entre os mesmos, compartilhando informações.

A formação estrutural do comércio exterior, sofreu uma mudança no atual governo. O superministério da Economia criado na presente gestão, que irá gerenciar seis secretarias especiais. As transformações na estrutura, revela as questões políticas e prioritárias de cada governo.

1. Órgãos Estruturais do Comércio Exterior

Nos governos anteriores a estrutura dos órgãos derivaram de dos ministérios, O Ministério Da Fazenda (MF), responsável pela política econômica e o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDCI), que é encarregado de formular, executar e avaliar políticas públicas para aumentar o desempenho do parque industrial brasileiro, do comércio exterior e auxilia na melhoria dos serviços prestado ao consumidor.



Figura 1

1.1 Banco Central do Brasil (BACEN)

O BACEN é uma autarquia federal e descentralizada da administração pública. O Banco Central Do Brasil foi criado pela Lei 4.595/1964, e está vinculado ao MF atua como autoridade monetária, regula a política monetária, cambial e creditícia. O BACEN atua regulando a quantidade de moedas estrangeiras que entra no país, esta regulamentação ocorre no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI). Todos os pagamentos em moedas estrangeiras, devem passar por um banco autorizado pelo BACEN. Além do controle de moedas estrangeiras, o BACEN é responsável também pelo controle da inflação, estabilizando preços e ajustando a quantidade da moeda na economia. Como autoridade monetária máxima, responsável pelo gerenciamento da política monetária, o BC é fundamental na estrutura de comércio exterior, por trazer indicações a respeito do ambiente macroeconômico com o qual o exportador terá que lidar. A orientação da política monetária é fundamental no incentivo à exportação; caso ela seja de caráter expansionista, definindo, por exemplo, reduções progressivas na taxa básica de juros, podemos ter como resultado um aumento no nível de investimento privado.

1.2 Secretaria da Receita Federal (SRF)

A SRF era vinculada ao MF, operava no âmbito tributário, exercendo controle fiscal e aplicando tributos as mercadorias que adentram no país. Era de responsabilidade da SRF o controle aduaneiro e o fluxo de caixa.

1.3 Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

Órgão vinculado ao MDIC, que tem a função de formular políticas públicas de comércio exterior, ademais também é responsável pela gestão do controle comercial. A SECEX possuía 5 departamentos, DECEX, DEINT, DECOM, DEPLA/DEAEX e o DENOC, onde é distribuída as funções. Entre suas atividades estão: participar das negociações dos acordos comerciais internacionais do governo brasileiro, promover a cultura exportadora, deferir atos concessórios de drawback, anuir operações de exportação e importação, promover o exame de similaridade para averiguação de produção nacional, compilar a balança comercial, promover a defesa comercial do país, entre outras.

1.3.1 Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX)

Era responsável por gerenciar o sistema de comércio exterior brasileiro (SISCOMEX), além de ajudar na promoção das exportações. A competência do DECEX está definida no art. 16 do Dec. 7.096/10, algumas de suas funções são desenvolver, executar e acompanhar políticas e programas de operacionalização do comércio exterior; fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos governamentais, respeitadas as competências das repartições aduaneiras e entre outras.

1.3.2 Departamento de Negociações Internacionais (DEINT)

O DEINT coordenava as negociações internacionais. Suas atribuições estão definidas no art. 17 do Dec. 7.096/10.

1.3.3 Departamento de Defesa Comercial (DECOM)

Este departamento era responsável por auxiliar as empresas brasileiras em processos instaurados no exterior, além de combater o comércio desleal. As suas competências estão delimitadas no art. 18 do Dec. 7.096/10.

1.3.4 Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA) / Departamento de Estatística e Apoio à Exportação (DEAEX)

A partir de 2017 O DEPLA passou a ser o DEAEX, era dever desse departamento analisar e coletar as estatísticas, além de sistematizar os dados, Além de desenvolver e realizar políticas públicas de comércio exterior.

1.3.5 Departamento de Competitividade no Comércio Exterior (DECOE)

Em 2017 houve a reestruturação da SECEX e foi criado o DECOE que abrangia a coordenação-geral de normas, facilitação de comércio e a coordenação-geral de competitividade exportadora.

1.4 Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)

Era o órgão mais importante, diretamente ligada ao presidente da república, e o segundo ministério responsável é o MDCE, por isso ela aparece vinculado a ele. A CAMEX funcionava com uma ordem hierárquica.

Os seguintes ministérios que também fazem parte do conselho são: das Relações Exteriores, da Fazenda, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. A CAMEX funcionava como um órgão de deliberação superior e final, responsável por definir os procedimentos e posicionamentos do comércio exterior brasileiro. As suas competências estão delineadas no decreto nº 8.906, de 2016, entre algumas das competências, estava fixar as alíquotas do imposto de exportação, respeitadas as condições estabelecidas no Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977 e opinar sobre política de frete e transportes internacionais, portuários, aeroportuários e de fronteiras, visando à sua adaptação aos objetivos da política de comércio exterior e ao aprimoramento da concorrência.

1.5 Sistema de Informações Banco Central (SISBACEN)

É um sistema de controle de câmbio, intervindo no mercado de compra e venda de moedas estrangeiras, operacionado pelo BACEN. O SISBACEN, possui uma ferramenta chamada de Sistema de Informação de Crédito do Banco Central (SCR) Uma de suas funções é garantir que o sistema financeiro não entre em colapso e evita a crise, um mecanismo utilizado para conter esses possíveis problemas é limitar crédito. Qualquer financiamento é registrado no SCR, por isso tem conexão direta com exportadores e importadores.

O Sistema cambial brasileiro é do tipo dirty floating, um regime de flutuação suja, onde o Banco central pode fazer intervenções quando achar necessário, para manter a taxa de câmbio estável.

1.6 Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)

É um sistema de informações e registro de dados. O Portal Único de Comércio Exterior faz parte do SISCOMEX, criado para facilitar o processo de exportação e importação, é decorrente do compromisso do Brasil com a OMC, concordando em desburocratizar as questões ligadas ao comércio exterior. O P.U.C.E

age simplificando todos os trâmites, reformulando a burocracia e integrando as iniciativas privadas com as estruturas públicas, a proposta é fazer um mapeamento de todos os dados e criar um sistema informático onde todos estão associados.

Os órgãos apresentados serviam para integrar a cadeia de comércio exterior brasileiro, e facilitar os trâmites das exportações/importações. Os ministérios responsáveis por coordenar os procedimentos relacionados ao comércio exterior foram extintos com a criação do superministério da economia, as novas secretarias descentralizam toda a integração formulada e adquirida ao longo dos anos.

2. A nova estrutura do Comércio Exterior Brasileiro

À Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais cumprirá, dentre outras, as seguintes atribuições: dirigir, superintender e coordenar as atividades das secretarias e demais unidades que integram a sua estrutura e orientar-lhe a atuação; supervisionar as políticas de comércio exterior e a participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior; supervisionar a formulação de diretrizes, coordenação das negociações e acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais; e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas a crédito à exportação. (DEREX, Nota Técnica: Análise Da Estrutura Da Nova Secretaria Especial De Comércio Exterior E Assuntos Internacionais Do Ministério Da Economia).

Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais será composta por três Secretarias, Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais e a Secretaria de Comércio Exterior.

2.1 Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SECAMEX)

A nova Secretaria adquiriu funções que anteriormente pertenciam à CAMEX. É composta por dois departamentos, o Departamento de Estratégia Comercial e o Departamento de Investimentos Estrangeiros.

2.1.1 Departamento de Estratégia Comercial

Este departamento está responsável por coordenar as alterações temporárias e permanentes referente a Tarifa Externa Comum (TEC). Outra função é de organizar métodos de inserir o Brasil no cenário internacional a partir do comércio.

2.1.2 Departamento de Investimentos Estrangeiros

Neste departamento a função é conduzir e fiscalizar os investimentos estrangeiros no Brasil.

2.2 Secretaria De Assuntos Econômicos Internacionais

A Secretaria De Assuntos Econômicos Internacionais, é composta por três departamentos que incorporaram funções antes exercidas pelos extintos MF e MDIC.

2.2.1 Departamento de Financiamento ao Desenvolvimento

Responsável por coordenar os assuntos econômicos internacionais, ligado ao desenvolvimento, especialmente em meio ambiente e mudanças de clima, auxiliar no posicionamento brasileiro em questão do desenvolvimento internacional e outras funções de alavancar o desenvolvimento internacional do país.

2.2.2 Departamento de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica

Cuidando, desde a construção, até o funcionamento geral dos trâmites econômicos externos, tanto multilaterais, quanto bilaterais, o Departamento de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica tem função primordial nas engrenagens financeiras do Ministério da Economia. A partir da formulação de estratégias políticas e monetárias do Brasil em âmbito internacional, garante o efetivo planejamento de ações no Fundo Monetário Internacional – FMI, BRICS, OCDE e G20.

2.2.3 Departamento de Mercados Internacionais

Ao coordenar a Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais como Secretaria-Executiva da Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, o Departamento de Mercados Internacionais avalia planejamentos e pesquisas na área das

competências da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais, manejando o setor público e fontes externas.

2.3 Secretaria De Comércio Exterior (SECEX)

A nova secretaria de comércio exterior, manteve algumas suas funções e incorporou novas, como elaborar o planejamento referente às políticas públicas dos serviços de comércio exterior e estabelecer diretrizes para o segmentos das normas proposta, essa função era de responsabilidade da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), dentre várias outras funções.

2.3.1 Departamento de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior

O novo departamento de inteligência e estatísticas de comércio exterior, foi criado para substituir o antigo DEAEEX, porém foi mantido a maioria das atribuições. Tais como a sistematização e análise de dados do comércio exterior, elaboração e efetivação de políticas e programas de comércio exterior e entres outras.

De acordo com a Nota Técnica: Análise Da Estrutura Da Nova Secretaria Especial De Comércio Exterior E Assuntos Internacionais Do Ministério Da Economia, foi incorporado diversas atribuições que antes eram de responsabilidade do Departamento de Competitividade Internacional em Comércio e Serviços, pertencente à extinta SCS, englobando a coordenação de projetos, ações e programas de cooperação internacional destinados ao incremento do comércio e dos investimentos recíprocos no setor de serviços; acompanhamento as ações de promoção de exportações relacionadas ao setor de serviços e a internacionalização do comércio; e elaboração e disponibilização de relatórios estatísticos agregados sobre comércio exterior de serviços. (Nota Técnica: Análise Da Estrutura Da Nova Secretaria Especial De Comércio Exterior E Assuntos Internacionais Do Ministério Da Economia, 2019)

2.3.2 Departamento de Operações e Facilitação do Comércio Exterior

Este departamento englobou funções que antes eram atribuídas ao DECEX e DECOE, como gerenciar o sistema de comércio exterior brasileiro (SISCOMEX), além de ajudar na promoção das exportações, fiscalizar preços, pesos,

medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, coordenar as ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio, dentre outras diversas obrigações.

De acordo com o Art. 87 do Decreto Nº 9.679, de 02/01/2019, compete ao novo Departamento de Operações e Facilitação do Comércio Exterior, estabelecer normas e procedimentos necessários à implementação de políticas e programas de operacionalização do comércio exterior; coordenar, em conjunto com as áreas competentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio e representar o Ministério em negociações internacionais e eventos relacionados à facilitação de comércio; coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação junto à Organização Mundial do Comércio; exercer as atividades de secretaria do Confac; realizar estudos, formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos destinados à melhoria da eficiência do ambiente regulatório, de sistemas operacionais e dos processos logísticos, informáticos e de controles governamentais relativos a operações de comércio exterior; propor o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior e etc.

2.3.3 Departamento de Negociações Internacionais (DEINT)

Existente na estrutura anterior, neste departamento não houve muitas alterações, diversas de suas tarefas foram mantidas, como comandar as diretrizes das negociações internacionais; apoiar a indústria brasileira em relação às barreiras comerciais externas aos produtos brasileiros e às iniciativas facilitadoras e de convergência regulatória; e etc

As novas atribuições estão no Art 88 do Decreto Nº 9.679, de 02/01/2019, algumas são: coordenar, no âmbito da Secretaria, a preparação de subsídios para o Mecanismo de Revisão de Política Comercial Brasileira da Organização Mundial do Comércio; representar a Secretaria de Comércio Exterior no Grupo Técnico em Negociações Internacionais - GTNI; e exercer, pela Secretaria de Comércio exterior, as atividades de secretaria do GTCOP.

2.3.4 Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público

As atribuições conferidas ao extinto DECOM, foram incorporadas ao Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público. Outras obrigações também foram acrescentadas, de acordo com o art. 90 do Decreto Nº 9.679, de 02/01/2019, se tornou responsabilidade deste departamento: adotar medidas de integridade em operações de crédito oficial à exportação com cobertura do SCE e monitorar as atividades relacionadas a esse tema desenvolvidas pela instituição contratada para a execução dos serviços relacionados ao SCE; exercer as atividades relacionadas à política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior; e exercer a função de Secretaria-Executiva do COFIG e do COMACE.

3. Considerações finais

Segundo Luis Celso Sena, especialista em regimes aduaneiros especiais, os operadores de comércio exterior estão incertos sobre a questão relacionada aos novos projetos de mudanças, que foram promovidos pelo Acordo de Facilitação do Comércio Internacional, assinado pelo governo em 2017 e começaram a ser operadas obrigatoriamente em 2018, como a DU-e (Declaração Única de Exportação), LPCO (Licença, Permissão, Certificados e Outros Documentos), CCT (Controle de Carga e Trânsito), DUIMP (Declaração Única de Importação), sistemas informatizados correlatos e etc. A proposta do governo é internacionalizar o país, focar em acordos internacionais, abertura de novos mercados e impulsionar o comércio exterior brasileiro, é previsto que não haja mudanças em relação às novas operações acordadas.

Essas mudanças que ocorreram nas estruturas, levam a incerteza, porque antes tínhamos uma estrutura que funcionava bem, o gera algumas dúvidas nos analistas de comércio exterior. Porque mudar essa estrutura? Como será a efetividade dessa nova estrutura? A aniquilação de dois ministérios responsáveis por diversas áreas do desenvolvimento econômico do país, podem acarretar problemas futuros, na antiga estrutura, estavam todas funções divididas e não centralizam em apenas um superministério.

É necessário entender como irá funcionar e ser efetivada essa nova estrutura, porque ainda não está evidente. Ultimamente não se fala mais em comércio exterior, o Brasil se tornou um país monotemático, o único assunto é: reforma da

previdência. É fundamental discutir sobre a economia, porque só com políticas econômicas eficientes, o Brasil conseguirá melhorar a questão da desigualdade social.

O governo atual apesar de frisar que não irá estabelecer relações comerciais com demais Estados por viés ideológico, se mostra contraditório ao se alinhar economicamente com alguns parceiros estratégicos, e se afastar de outros parceiros importantes para a economia.

De acordo com as linhas diretivas da P.E.B, o Brasil ao longo da história sempre prezou pela neutralidade nas questões internacionais, justamente por ser um país que comercializa com outros diversos Estados. A **P.E.B** é estabelecida sobre a lógica do comércio exterior, sendo regida pelo universalismo e não alinhamento ideológico, possuindo múltiplos contatos políticos e comerciais.

BIBLIOGRAFIA

DA MOTTA VEIGA, Pedro; IGLESIAS, Roberto Magno. **A institucionalidade da política brasileira de comércio exterior**. Armando Castelar Pinheiro Ricardo Markwald, 2002.

Moreira, Sérvulo Vicente, and Ethianne Érica Lucena Milhomem. **"Evolução recente do comércio Exterior brasileiro com os países do Mercosul."** (2010).

ARBIX, Daniel. **Contenciosos brasileiros na Organização Mundial do Comércio (OMC): pauta comercial, política e instituições**. Contexto Internacional, v. 30, n. 3, p. 655, 2008.

RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. Edições Aduaneiras, 2006.

<<http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 01/04/2019.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9679.htm#art10>. Acesso em: 29/03/2019.

¹<<http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-exterior-seceex>> Acesso em: 28/03/2019

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9679.htm#art10> Acesso em: 29/03/2019

GLOSSÁRIO

P.U.C.E: Portal único de comércio exterior;

BACEN: Banco Central do Brasil;

RMCCI: Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais;

SRF: Secretaria da Receita Federal;

SECEX: Secretaria de Comércio Exterior;

MF: Ministério Da Fazenda;

MDCI: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior;

DECEX: Departamento de Operações de Comércio Exterior;

DEINT: Departamento de Negociações Internacionais;

DECOM: Departamento de Defesa Comercial;

DEPLA: Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior;

DEAEX: Departamento de Estatística e Apoio à Exportação;

DECOE: Departamento de Competitividade no Comércio Exterior;

CAMEX: Câmara de Comércio Exterior;

SISBACEN: Sistema de Informações Banco Central;

SCR: Sistema de Informação de Crédito do Banco Central;

SISCOMEX: Sistema Integrado de Comércio Exterior;

SECAMEX: Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;

TEC: Tarifa Externa Comum;

SECEX: Secretaria De Comércio Exterior;

DUIIMP: Declaração Única de Importação;

P.E.B: Política externa brasileira;

DU-e: Declaração Única de Exportação;

LPCO: Licença, Permissão, Certificados e Outros Documentos;

CCT: Controle de Carga e Trânsito.